

# RESENHA MARIA ARAGÃO E SUAS MUITAS FACES

*Marcelo Fontenelle e Silva*<sup>1</sup>

*Arleth Santos Borges*<sup>2</sup>

ARAÚJO, Márcia Antonia Piedade. *Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária*. São Luís: EDUFMA, 2014, 492 p.

**Palavras-chave:** Maria Aragão. Memória. Identidade. Maranhão.

O livro aqui resenhado foi escrito por Márcia Antônia Piedade Araújo, como produto de seu doutorado em psicologia social. A escolha do objeto de estudo abordado na obra foi feita a partir da delimitação prévia de um foco de interesse: estudar as questões de gênero. Partindo deste amplo recorte prévio, a autora chegou a uma lista de mulheres maranhenses que se destacaram. Dentre estas, a vida de Maria Aragão foi escolhida como objeto de pesquisa.

Tal escolha se deu por considerá-la um exemplo de engajamento e ética, de como uma mulher conseguiu sair da invisibilidade e angariar reconhecimento público, tanto na profissão – medicina – quanto na política, que são dois espaços hegemonicamente do-

- 
- 1 Mestrando em Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcelofontenelle@hotmail.com
  - 2 Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão.

minados por pessoas do gênero masculino. Segundo a autora, o objetivo da pesquisa foi:

[...] apresentar a trajetória de Maria Aragão não através de um relato linear (...), mas sim construindo uma narrativa interligada pelas diferentes posições que foi conquistando nos espaços sociais em que se inseriu, buscando mostrá-la como viveu: em movimento (p. 20).

Como fontes empíricas e metodologia, trabalhou-se basicamente em três eixos: 1) apropriação do material já produzido sobre o tema; 2) memórias (conversas e entrevistas); 3) documentos escritos e audiovisuais.

No primeiro capítulo, intitulado “A médica Maria Aragão”, a autora aponta elementos para a compreensão de como Maria conseguiu, apesar de todas as condições adversas, se formar em medicina, exercer a profissão, e como foi se constituindo, ao longo de sua vida, a forma como encarava a profissão.

Trabalhando anteriormente como professora em outros municípios, Maria volta para São Luís para cuidar de sua mãe que havia ficado doente. Ela vê a necessidade de ir ao Rio de Janeiro, juntamente com sua mãe, para que ela pudesse fazer tratamento. Ainda em São Luís, dois médicos cuidam da mãe de Maria: Dr. Carlos Macieira e Dr. Tarquínio Lopes filho. A autora coloca que o contato com estes dois profissionais tidos como generosos foi o responsável por “despertar” o lado humano de Maria, a sua concepção de exercício da medicina e a forma de encarar o mundo, pois ambos eram, segundo a própria Maria: “ligados ao povo”, “humanos” e “bondosos”.

Logo ao chegar ao Rio de Janeiro, a mãe de Maria morre e, em 1935, aos 25 anos, Maria entra para a Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Maria, porém, não deixou de sentir as consequências da forma como boa parte da elite encarava

a intenção de uma mulher, negra e de origem pobre, se lançar aos objetivos que, até então, eram monopólio destes grupos.

No período em que Maria se formou, apenas 1% dos formandos em medicina eram mulheres. Além da resistência no exercício da profissão por conta do gênero, a situação de Maria se complicava ainda mais por ter tido uma filha sem ter casado.

Em 1944, a filha de Maria – Clarice – morre, o que leva Maria a desistir da pediatria (especialidade em que até então trabalhava) e se especializar na clínica médica e na ginecologia. A escolha inicial de Maria pela pediatria não se deu à toa – há muito a pediatria foi associada com a imagem feminina por conta da construção de uma imagem da pediatria como relacionada à maternidade, o que faz/faria parte do próprio ser de toda mulher.

O exercício da medicina por Maria Aragão foi marcado, segundo os depoimentos trazidos pela autora, por um forte despreendimento material – ela cobrava nada ou muito pouco pelas suas consultas. Outra característica de sua atuação na medicina destacada como importante foi a constante dedicação à pesquisa e o contato com diversos pesquisadores brasileiros em outros estados.

Já no capítulo seguinte, intitulado “Maria Aragão na política”, a autora demonstra como se deu o contato com o comunismo e o desenrolar de sua atuação política no Maranhão, além de relatar as violentas represálias que ela sofreu. Segundo relatos da própria Maria, sua inserção na política se deu por conta da insatisfação com a medicina, ao chegar à conclusão de que a prática da medicina não seria o bastante para resolver de fato os problemas dos mais necessitados.

Foi também durante o curso de medicina no Rio de Janeiro que Maria teve o primeiro contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por intermédio de maranhenses que haviam sido presos no presídio de Ilha Grande e, depois de libertos, passando um período morando na mesma pensão que Maria – dentre estes

comunistas, havia Amorim Parga, um jornalista que teve com Maria um relacionamento afetivo.

Ao fim do relacionamento com Parga seguiu-se um período de relativa dormência das questões políticas na vida de Maria. Até que, por meio de amizades que criou em uma favela próxima de onde trabalhava – hospital Miguel Couto -, Maria vai a um comício de Prestes. O comício é colocado por Maria como o ponto de mudança, o evento que marcou a conversão total ao seu novo ideal de vida. Assim, Maria filia-se ao PCB em 1945, período de grande crescimento do Partido.

Logo após a filiação, Maria vem ao Maranhão e passa a trabalhar na sede do partido, dedicando-se principalmente às questões organizativas do partido e à venda do jornal *Voz Operária*. Segundo depoimentos da própria Maria, neste período inicial do partido no Estado, ela se dedicava integralmente ao partido, não podendo trabalhar por conta de, além da falta de tempo, sofrer com uma violenta campanha do clero contra a sua imagem.

Em 1961, Maria viaja para a URSS para fazer curso de formação política. Na volta, ministra cursos de marxismo e história do socialismo para funcionários da estrada de ferro São Luís-Teresina. É interessante ressaltar, também, que Maria mantinha uma relação relativamente próxima a setores da elite maranhense, tanto por parte da elite econômica quanto de pessoas bem alocadas na burocracia estatal.

Ao longo de sua trajetória, Maria Aragão foi presa cinco vezes – três delas durante a Ditadura Militar (1964-85) – sendo que em uma dessas vezes foi levada para Fortaleza, torturada, além de ter permanecido todo esse período desaparecida. Durante a década de 80, Maria participa do movimento das “Diretas Já”, do “Comitê de Defesa da Ilha”, sendo eleita tesoureira da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre inúmeros outros espaços de inserção

política. Ainda antes do fim da ditadura, Maria e Luís Carlos Prestes saem do PCB e ambos se filiam ao PDT.

Já no terceiro capítulo, intitulado “A mulher Maria Aragão”, a autora situa historicamente como se deu o movimento feminista no Brasil e Maranhão, demonstrando como isto influenciou a vida de Maria Aragão e como ela se posicionou acerca destes debates e lutas.

O movimento feminista no Maranhão se inicia na década de 80, quando desde a década anterior ele já havia certa consistência no eixo Rio-São Paulo. O primeiro grupo feminista maranhense foi o Grupo de Mulheres da Ilha, composto por professoras universitárias, educadoras, microempresárias, etc. No decorrer desta década, vários outros grupos se formaram.

A autora nos demonstra, assim, que as pautas mais sensíveis às mulheres e aos grupos feministas que atuavam no estado foram também alvo da atenção de Maria Aragão, por mais que ela tenha tido uma forma peculiar de relação com estes movimentos, que suas posições/declarações pareçam certas vezes contraditórias e que ela tenha revisto suas posições com o decorrer do tempo.

Como um dos pontos de tensão entre o movimento feminista mais geral e os posicionamentos de Maria, pode-se trazer como exemplo a crítica feita por ela à criação da delegacia da mulher, pois entendia que se devia primeiro pôr as delegacias para funcionar para todos, já que a violência afetava a homens e mulheres.

Maria fundou, ainda, o Grupo de Mulheres 8 de Março – que contava com a presença dela e de mais três integrantes. Seguindo orientação de Maria, o grupo dava ênfase para as pautas mais gerais, colocando as pautas feministas como consequências de questões mais amplas, como o capitalismo e o latifúndio. Esta mesma postura foi mantida em relação ao movimento negro.

Já no quarto capítulo, intitulado “Maria Aragão, sua família e seus amigos”, a autora nos narra o perfil de seus pais e a relação

que ela mantinha com seus familiares e amigos. Destaca-se, assim, que o pai de Maria era negro, descendente de escrava alforriada; já a mãe, neta de um espanhol com uma índia. O pai de Maria trabalhava como guarda-fios dos telégrafos, o que o obrigava a percorrer várias cidades do estado.

Em relação aos relacionamentos amorosos de Maria, a autora destaca que ela não se enquadrava nos padrões do período. Depois de perder uma filha e ficar impossibilitada de ter filhos biológicos, cria duas filhas e um filho, todos adotados de maneira informal, a partir de vínculos que ela mantinha com amigos ou na militância.

Em 1947 Maria se casa com Alfredo Galvão, que trabalhou como escritor, jornalista e taquígrafo. Segundo ela, Alfredo não tinha envolvimento nenhum com política, mas a ajudou a escrever certas matérias para o *Tribuna do Povo* – jornal oficial do PCB no Maranhão. O principal motivo do casamento, segundo a própria Maria, era fugir da perseguição do clero. Maria também se relacionou com um médico, pai da filha Clarice – é interessante notar, também, o silêncio dela em relação à identidade deste médico.

Como demonstram diversos relatos trazidos pela autora, a casa de Maria era um lugar muito frequentado e espaço de inúmeras reuniões, formais e informais. Desde 1974, promovia famosos “Bocas-livres” em sua casa, onde se reuniam amigos e políticos dos mais diversos partidos. Os aniversários de Maria também eram eventos bastante agitados, tendo sido inclusive divulgados em edições do jornal *Tribuna do Povo* e, posteriormente, em outros jornais.

Já no quinto e último capítulo, intitulado “Lembrar Maria Aragão: Praça e Memorial” a autora objetiva, mobilizando o conceito de Pierre Nora relativo aos lugares da memória e de Halbwachs sobre memória coletiva, discorrer sobre a criação da Praça Maria Aragão, do Memorial e do Instituto Maria Aragão, além das disputas em torno da definição do legado simbólico de Maria Aragão.

Neste sentido, a autora nos traz a fixação, ao lado da Praça Gonçalves Dias, de uma placa em homenagem à Maria, como um dos momentos de construção de um local de memória. Depois de sua morte, no local onde havia a placa, foi construída uma pequena praça com o busto de Maria, e neste local realizaram-se reuniões e confraternizações de seus amigos. Segundo depoimentos trazidos pela autora, lá teria surgido a ideia do Instituto Maria Aragão (IMA).

Com a intervenção e apoio dos membros do Instituto (inicialmente, junto ao então prefeito da cidade - Jackson Lago, também médico e amigo de Maria - e, posteriormente, em outras instâncias e meios), iniciam-se os processos de construção do projeto da praça e memorial Maria Aragão.

A concretização de tais projetos só foi possível mediante uma série de disputas. Como nos traz a autora, “a luta revela implicações políticas e um jogo de forças em nível regional, tanto que somente no momento em que foi oportuno politicamente o projeto foi concluído” (p. 396). Também a inauguração da praça e do memorial suscitaram uma série de controvérsias, inclusive dentre os membros do IMA.

Seguiu-se uma série de críticas. Uns criticaram a inauguração do Memorial como sendo a tentativa de pintar outra Maria Aragão - uma Maria afastada da política, mais próxima da cultura, etc. Também os membros do IMA, a depender da relação que mantinham com Maria, criticavam algo faltante no Memorial. A própria construção de uma praça e um memorial como homenagens à Maria também foi criticada por muitos, alegando-se que outras ações seriam mais adequadas - como a criação de um instituto de combate ao câncer, etc.

Tendo em vista estas disputas, conclui a autora: “constatamos, nesses discursos, que o Memorial não cumpre totalmente com o objetivo de manter viva a trajetória de Maria como médica e ativista, assim como resgatar as lutas populares políticas e sociais

do Maranhão” (p.420-1). E complementa: “nesse sentido, nem todos visualizam Maria naquele espaço. Diante disso, volto-me para a questão sobre o que falta no Memorial” (p. 422).

Esta conclusão da autora explicita o que creio ser o ponto fraco de sua pesquisa, e que aparece também nos demais capítulos, visto que teve início nos critérios de escolha e construção do problema e objeto de pesquisa. Isto se expressa, por exemplo, na crença de que seria possível existir um Memorial em que de fato se mantivesse viva a trajetória de Maria, o que a leva a se questionar sobre o que ainda está faltando no Memorial, quando, na verdade, esta é uma questão não passível de resposta sociológica: é algo em constante disputa e construção. Deve-se ressaltar, porém, que este ponto não compromete a riqueza do trabalho. Ela, de fato, demonstra tais disputas, mas oscila vez ou outra com uma postura mais essencialista e envolvida.

Além disto, ao mesmo tempo em que a autora em certos momentos se mantém mais próxima desta postura envolvida, ela nos coloca a par de sua posição, demonstrando com detalhes a relação que manteve com a história de vida da pessoa pesquisada – o que é algo bastante positivo, pois permite um controle/análise por parte do leitor.

A autora também relata com detalhes todo o processo de construção metodológica da pesquisa, mencionado as dificuldades encontradas, por exemplo, na realização de entrevistas – o que faz com que o trabalho seja interessante também para todos aqueles que fazem pesquisa e se deparam com dificuldades semelhantes. Outro ponto que creio ser importante de ser ressaltado é quanto à fartura de material empírico utilizado pela autora e disponibilizado com os relatos, o que também pode contribuir em demasia com as futuras pesquisas sobre a personagem em questão.

A autora nos mostra, ao longo de quase 500 páginas, como a vida de uma pessoa não se esgota em uma ou outra face. Dmons-

tra, assim, a riqueza e complexidade dos diversos contextos em que Maria se inseriu ao longo de sua vida, ora como mulher, como militante comunista, como professora, médica, etc.

### **MINICURRÍCULOS**

Marcelo Fontenelle e Silva é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (2014). Atualmente cursa o mestrado em Ciências Sociais pela mesma instituição e é bolsista CAPES.

Arleth Santos Borges possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão.